UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2023**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**ENFERMAGEM (090)**
Disciplina	**2403 - SAÚDE COLETIVA**
Turma	**ENI-E#**
Local	**CEDETEG**

Carga Horária: **408**

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Aborda a área da saúde coletiva como campo do saber e âmbito de práticas com seu tripé “epidemiologia - ciências sociais - políticas de saúde”. Estudo crítico-analítico das políticas públicas de saúde com base nas necessidades de saúde humanas, seus condicionantes e determinantes sociais historicamente determinados. Estudo aprofundado dos modelos assistenciais, programas e ações de saúde. Desafios a implementação dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Avaliação de programas e serviços/indicadores de saúde. Planejamento em saúde e participação social. Enfoque na Atenção Primária a Saúde e na Estratégia de Saúde da Família. Prevê Atividades de Clínica Prática intercaladas aos conteúdos teóricos, em sala e em campos de estágio.
A partir de 2015:
Aborda a área de Saúde Coletiva como campo do saber e âmbito de práticas com seu tripé “epidemiologia-ciência sociais-políticas de saúde”. Estudo crítico-analítico das políticas públicas de saúde com base nas necessidades de saúde humanas, seus condicionantes e determinantes sociais historicamente determinados. Estudo aprofundado dos modelos existenciais, programas e ações de saúde. Desafios a implantação dos princípios e diretrizes do Sistema Único de saúde. Avaliação de Programas e Serviços/Indicadores de Saúde. Planejamento em saúde e participação social. Enfoque na atenção primária a saúde e na estratégia de saúde da família. Organização da rede de serviços. Educação na Saúde. Saúde Ambiental e Educação Ambiental. Prevê atividades de clínica prática intercaladas aos conteúdos teóricos, em sala e em campos de estágio.

I. Objetivos

Geral:
Possibilitar o aprendizado em saúde coletiva, para o desenvolvimento das competências e habilidades do enfermeiro.
Específicos:
Ao final da disciplina, o discente deverá estar apto a:
a) Compreender e intervir no processo saúde-doença e seus determinantes sociais de saúde, na perspectiva da integralidade da assistência;
b) Compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais;
c) Reconhecer os perfis epidemiológicos das populações, e intervir sobre os principais agravos de saúde;
d) Compreender, vivenciar e analisar criticamente as políticas e os programas de assistência integral: saúde mental, da criança e do adolescente, da mulher, do adulto homem, do trabalhador e do idoso; e populações vulneráveis;
e) Identificar as necessidades de saúde da população e propor soluções para atendê-las, por meio da comunicação, trabalho em equipe, tomada de decisão, intervenção no processo de trabalho, e enfrentamento de situações em constante mudança;
f) Responder as especificidades locais, de acordo com as necessidades de saúde da população, por meio de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção à saúde, prevenção de agravos e reabilitação, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, famílias e comunidades;
g) Reconhecer e discutir ações de enfermagem na saúde coletiva, focando desafios e possibilidades;
h) Desenvolver compromisso ético, humanístico e social, na perspectiva interprofissional em saúde coletiva.

II. Programa

- Histórico do campo teórico e prático da Saúde Coletiva;
- Estudo das Políticas Públicas de Saúde: Histórico das Políticas de Saúde no Brasil com enfoque nas dimensões políticas (Movimentos Sociais, Conferências de Saúde);
- O Sistema Único de Saúde: histórico, princípios e diretrizes, desafios;
- Resgate Histórico - Dispositivos de operacionalização do SUS: NOAS, NOBS, Pactos (Vida, Saúde , Gestão); PMAQ-AB; AMAQ e COAP e Decreto nº 7.508/11;
- PNAB: Introdução ao Processo de Trabalho em Saúde Coletiva;
- O Processo de Trabalho de enfermagem na Saúde Coletiva;
- Ampliação do estudo sobre integralidade e necessidades de saúde;
- Ampliação do estudo dos instrumentos do processo de trabalho em Saúde Coletiva: Territorialização; Visita e atendimento domiciliar; Escala de Coelho; Genograma e Ecomapa; Educação em Saúde; grupos educativos, ação educativa; Escalas de Estratificação de Risco em Saúde; Gestão de caso.
- Redes de Atenção. Redes temáticas;
- Organograma de gestão da rede de atenção a saúde à partir da Vigilância em Saúde;
- Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde: do Homem; do Trabalhador e da Trabalhadora; das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional; de povos Indígena; de grupos LGBT+; da pessoa com deficiência; e da população em situação de rua;
- Temas transversais as políticas trabalhadas: Política Nacional de Humanização; Política Nacional de Promoção da Saúde; e Política Nacional de Educação Permanente;
- Previne Brasil: Financiamento do SUS e Planejamento e Avaliação em Saúde Coletiva.

III. Metodologia de Ensino

A disciplina seguirá um padrão de encontros presenciais e ou remotos, se necessário a partir do cenário epidemiológico. Os encontros presenciais se darão através de oficinas com a participação de pequenos grupos de alunos; ou com a participação de todos os alunos e

professores por meio de aulas expositivas dialogadas, fóruns de debates e seminários. Os encontros remotos acontecerão por meio de lives via google meet com o auxílio da ferramenta Moodle. As atividades presenciais e/ou remotas acontecerão nas segundas, terças e quartas feiras. Nas aulas teóricas presenciais e/ou remotas serão utilizados recursos audiovisuais (power point), bem como outros materiais como vídeos; documentários; manuais, e artigos científicos. No primeiro e segundo semestre os alunos terão atividades práticas de promoção a saúde e de clínica prática, que acontecerão de forma presencial. Para esse tipo de atividade os alunos estarão organizados em grupos, sob a supervisão direta dos professores que compõem o quadro de docentes da disciplina.
A avaliação será realizada de forma formativa e somativa.
- Somativa: Média das notas de avaliações teóricas, seminários, visitas técnicas, atividades de promoção da saúde e clínica prática.
- Formativa: Participação ativa nas atividades de: fóruns de debate, seminários, visitas técnicas e atividades de promoção a saúde e de clínica prática.

IV. Formas de Avaliação

1º semestre:
Média dos relatórios (R) com peso 1 e valor 10,0
Média dos seminários (S) com peso 2 e valor 10,0
Média das atividades de Promoção a Saúde (PS) com peso 2 e
Média das avaliações teóricas (AT) com peso 3 e valor 10,0
2º Semestre:
Média das atividades de Promoção a Saúde (PS) com peso 2 e valor 10,0
Média das avaliações teóricas (AT) com peso 3 e valor 10,0
Média das Avaliações de Atividade de Clínica Prática (ACP) com peso 3 e valor 10,0.
Recuperação do rendimento escolar:
- Será ofertado a oportunidade de refazer as avaliações teóricas, em média quinze dias após cada uma das avaliações, quando houver a situação de pelo menos um aluno com nota inferior a sete (7,0). Nesta situação, será oportunizado uma única vez; salvo necessidade de nova oportunidade, em casos garantidos pelas Normas Acadêmicas; a todos os discentes refazer a prova, mesmo àqueles que tenham obtido nota superior a 7,0 (sete vírgula zero). Será considerada a maior nota obtida.
- Nas atividades de seminários, visitas técnicas, atividades de promoção à saúde e de clínica prática, a avaliação formativa se dará através do sistema de tutoria, de forma contínua e processual, com o apoio de instrumentos próprios.

V. Bibliografia

Básica

- BERTOLLI FILHO, C. Historia da saúde pública no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1998.
- FERRETO, L.E. Abordagens, práticas e reflexões em saúde coletiva. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2006.
- ROZENFELD, S. Fundamentos de Vigilância Sanitária. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

Complementar

- ALMEIDA, M.C.P; MISHIMA, S.M; SILVA, E.M; MELLO, DF. O trabalho de enfermagem e sua articulação com o processo de trabalho em saúde coletiva - rede básica de saúde. In: ALMEIDA, M.C.P; ROCHA, S.M.M. O trabalho de enfermagem. São Paulo: Cortez, p.61-112. 1997.
- BERTOLOZZI, M.R; GRECO, R.M. As políticas de saúde no Brasil: reconstrução histórica e perspectivas atuais. Rev Esc Enf USP. V. 30. N.3. p.380-98. 1996.
- BRASIL. Políticas Nacionais de Saúde. Disponíveis em: http://www.redebrahpcs.saude.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=44&item=104
- ___. Lei n.8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- ___. Lei n.8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília (DF), 1990. Disponível em: http://bdtextual.senado.gov.br (19 jan. 1998).
- ___. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2011. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011. V. 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13)
- CAMPOS, C.M.S; MISHIMA, S.M. Necessidades de Saúde pela voz da sociedade civil e do Estado. Cad. Saúde Pública. V.21. N.4. p. 1260-8. 2005.
- CAMPOS, G.W.S; BARROS, R. B; CASTRO, A. M. Avaliação de política nacional de promoção da saúde. Ciênc. saúde coletiva. Set. v.9, n.3, p.745- 749. 2004.
- CAMPOS, G.W.S.; MINAYO, M.C.S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR,M.; CARVALHO, Y.M. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec. Rio de janeiro: Fiocruz. 2008. 871 p.
- CZERESNIA, D; FREITAS, C.M. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro(RJ): FIOCRUZ; 2009.
- HORTA, N.C. Enfermagem em Saúde coletiva: Teoria e Prática. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- MORÃES, P.A.; BERTOLOZZI, M.R.; HINO, P. Percepções sobre necessidades de saúde na Atenção Básica segundo usuários de

um serviço de saúde. Rev Esc Enferm USP. V. 45. N.1. p.19-25. 2011.
- ROZENFELD, S. Fundamentos de Vigilância Sanitária. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- SOARES, C.B.; CAMPOS, C.M.S. Fundamentos de Saúde Coletiva e o Cuidado de enfermagem. Barueri, SP: Manole. 2013.
- STARFIELD, B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de sáude, serviços e tecnologia. Brasília:UNESCO. Ministério da Saúde. 2002. 726p

APROVAÇÃO

Inspetoria: DENF/G
Tp. Documento: Ata Departamental
Documento: 08
Data: 16/06/2023